

ANÁLISE DAS LINHAS DE CRÉDITO DO PLANO ABC+ PARA AGRICULTURA FAMILIAR

Júnia Cristina P. R. da Conceição

Técnica de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Dirur/Ipea).

E-mail: junia.peres@ipea.gov.br.

DOI: <https://dx.doi.org/10.38116/td3079-port>

O principal objetivo deste estudo foi discutir a possibilidade de inserção dos agricultores familiares no Plano Setorial para Adaptação à Mudança do Clima e Baixa Emissão de Carbono na Agropecuária (Plano ABC+), referente ao período 2020-2030, com vistas ao desenvolvimento sustentável.

Para tanto, foi feita uma revisão de literatura sobre o assunto e, a partir dos dados do *Manual de Crédito Rural* (MCR), foi verificado como estão se comportando as linhas de crédito destinadas aos agricultores familiares, incluídas no plano ABC+.

O trabalho está organizado em cinco seções, incluindo-se a introdução. Na segunda seção, são apresentadas as primeiras iniciativas da introdução da questão da sustentabilidade ambiental para a agricultura familiar (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf Verde e I Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – Planapo). Na terceira seção, são descritas as oportunidades criadas para agricultura familiar no Plano ABC+. Na quarta seção, são feitas análises sobre o desempenho de linhas de crédito direcionadas à agricultura familiar presentes no Plano ABC+. Os resultados encontrados são apresentados e discutidos nas considerações finais.

A partir dos anos 2000, apareceram as iniciativas iniciais de mudanças nessa perspectiva. Começaram a surgir novos arranjos institucionais;

por exemplo, as denominadas *linhas de crédito verde*, orientadas para incentivar os sistemas de produção de alimentos agroecológicos e orgânicos desenvolvidos pela agricultura familiar.

O Plano Safra 2003-2004 apresentou novas linhas de financiamento, com o objetivo de atender públicos específicos da agricultura familiar, bem como incentivar a produção de alimentos de forma sustentável do ponto de vista ecológico e ambiental. Em termos de políticas públicas, foi um avanço importante, promovendo incentivo aos sistemas produtivos, com maior respeito aos recursos naturais. Entretanto, a maioria das tentativas de implementar medidas de cunho ambiental e ampliar o financiamento da agricultura sustentável no âmbito das linhas verdes do Pronaf não logrou êxito. A partir da promulgação da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), em 2012, e do I Planapo, em 2013, as expectativas renovaram-se. No entanto, também não apresentaram resultados satisfatórios; foram registrados inúmeros problemas na operacionalização das linhas de crédito verde que não foram resolvidos pelas iniciativas do I Planapo. Uma das principais questões levantadas é a de que as instituições financeiras não compreendem o significado dessas novas modalidades de produção mais sustentáveis do ponto de vista ambiental e acabam direcionando os financiamentos para as modalidades modernas do Pronaf, como o crédito de investimento na linha Mais Alimentos.

SUMEX

Assim, havia a expectativa que o Plano ABC+ pudesse representar uma oportunidade para o desenvolvimento e a adoção de práticas sustentáveis de produção e que abrisse, ainda que discretamente, uma janela de oportunidade para os agricultores familiares, a partir dos subprogramas Pronaf ABC+ Bioeconomia, Pronaf ABC+ Agroecologia, Pronaf ABC+ Florestas e Pronaf ABC+ Semiárido.

Pela análise dos dados, foi possível verificar que a evolução do número de contratos foi maior para os subprogramas Pronaf ABC+ Bioeconomia e Pronaf ABC+ Semiárido, no período 2015-2023. Os demais subprogramas tiveram um incremento inferior. O subprograma Pronaf ABC+ Semiárido foi o que apresentou a maior participação percentual, em termos de número de contratos, durante a quase totalidade do período. Somente em 2023 sua participação percentual foi superada pelo subprograma Pronaf ABC+ Bioeconomia. Quando a análise é feita por valor, no entanto, pode-se constatar que a participação do Subprograma ABC+ Bioeconomia se mostra mais significativa a partir de 2019. O programa Pronaf ABC+ Agroecologia apresenta uma participação marginal em relação aos demais, tanto em termos de número de contratos quanto em termos de valor, no período 2015-2023.

Outro ponto, que merece destaque, é que o valor médio dos contratos dos subprogramas ABC+ Floresta e ABC+ Bioeconomia é o que apresenta os maiores valores, enquanto o Pronaf ABC+ Semiárido, os menores valores.

Do ponto de vista da concentração regional, os dados indicam que o subprograma Pronaf ABC+ Floresta tem concentração na região Norte, principalmente no período 2015-2020. A partir de 2020, a concentração na região Norte diminui e a região Nordeste passa a apresentar um aumento; em 2022, revela uma concentração maior do volume do crédito, mas com um percentual inferior do número de contratos que a região Norte.

O subprograma Pronaf ABC+ Semiárido apresenta uma concentração, valor do crédito e número de contratos, na região Nordeste, durante a série de 2015 a 2023. Vale ressaltar que, em 2023, a região Sudeste teve um incremento na sua participação nesse subprograma.

Por sua vez, o subprograma Pronaf ABC+ Agroecologia tem concentração na região Sul e, com menor intensidade, na região Sudeste. Em 2018 e 2023, no entanto, a região que apresentou maior concentração foi a região Nordeste.

Deve-se também destacar o subprograma ABC+ Bioeconomia, que, em 2015, esteve distribuído entre as regiões Nordeste, Sudeste e Sul. A partir de 2017, sua concentração foi nas regiões Sudeste e, mais intensamente, Sul. A região Centro-Oeste teve pouca participação nos subprogramas do Pronaf ABC+ em todo o período da série.

Uma das principais conclusões foi que a participação dos subprogramas do Pronaf ABC+ no Pronaf, durante o período 2015-2023, foi muito pequena. Dessa forma, pode-se dizer que a situação é muito parecida com o que ocorreu com as linhas verdes do Pronaf e, também, com o Pronapo.

Até mesmo no período 2020-2023, as participações dos subprogramas do Pronaf inseridos no Plano ABC+ apresentam uma demanda muito pequena, indicando que os agricultores familiares não demandam esse crédito.

Vale ressaltar que os resultados encontrados neste estudo demonstram que ainda persistem muitos desafios para que os agricultores familiares possam participar, de fato, do Plano ABC+ e, mais especificamente, utilizem o crédito Pronaf ABC+ para a finalidade de adoção de práticas sustentáveis de produção.

Um ponto que deve ser salientado é que o crédito, embora importante, não tem sido suficiente para promover uma agricultura familiar de baixa emissão de carbono. Isto é, o crédito

dos subprogramas do Pronaf ABC+, destinado à adoção de práticas sustentáveis pela agricultura familiar, não está sendo demandado; o número de contratos e o volume de crédito são pequenos, quando comparados ao volume e ao número de contratos do Pronaf.

Em termos da adaptação às mudanças climáticas, as tecnologias presentes no Plano ABC+ precisam ser mais adequadas às particularidades da agricultura familiar. Algumas tecnologias poderiam ser incentivadas, tais como cultivares adaptados a altas temperaturas, técnicas de manejo dos recursos hídricos, a conservação dos solos, bem como o desenvolvimento de sistemas diversos e de técnicas de manejo dos recursos hídricos.

O fortalecimento da agricultura familiar, no contexto das mudanças climáticas, exige o desenvolvimento de políticas que fortaleçam a capacidade de produção de forma sustentável, como a pesquisa, o ensino e a assistência técnica.